



MONTE PASCOAL HOLDING S.A.
CNPJ Nº 44.103.111/0001-07

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da Monte Pascoal Holding S.A. e o relatório dos auditores independentes.

| Balancos patrimoniais em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais) | | | | | |
|---|-------|--------------|------------|-------------|------------|
| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 69 | 550 | 3.005 | 1.693 |
| Contas a receber de clientes | 5 | - | - | 8.577 | 7.357 |
| Dividendos a receber | 11 | 3.940 | - | - | - |
| Tributos a recuperar | | 357 | 352 | 1.071 | 1.111 |
| Adiantamentos diversos | | - | - | 554 | 1.540 |
| Total do Ativo Circulante | | 4.366 | 902 | 13.207 | 11.701 |
| Não Circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | - | - | 4.231 | 4.125 |
| Depósitos judiciais e cauções | | - | - | 2.766 | 1.994 |
| Impostos Diferidos | | - | - | - | 15 |
| Investimentos | 8 | 276.862 | 279.267 | - | - |
| Imobilizado | 9 | - | - | 276.207 | 287.257 |
| Intangíveis | 9 | - | - | 27 | 58 |
| Direito de uso | 7 | - | - | 6.388 | 6.834 |
| Total do Ativo Não Circulante | | 276.862 | 279.267 | 289.619 | 300.283 |
| Total do Ativo | | 281.228 | 280.169 | 302.826 | 311.984 |
| Passivo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 3 | - | 18 | 780 | 2.279 |
| Contas a pagar | | - | - | 2.545 | 221 |
| Empréstimos | 10 | - | - | 5.966 | 12.334 |
| Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs) | 10 | 11.946 | 21.741 | 11.946 | 21.741 |
| Dividendos a pagar | 11 | 5.158 | 1.500 | 5.158 | 1.500 |
| Passivo de arrendamento | 7 | - | - | 496 | 496 |
| Outros passivos circulantes | | - | - | 490 | 473 |
| Total Passivo Circulante | | 17.107 | 23.259 | 27.381 | 39.044 |
| Não Circulante | | | | | |
| Fornecedores | | - | - | 1.014 | 2.566 |
| Empréstimos | 10 | - | - | - | 5.563 |
| Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs) | 10 | 112.557 | 122.968 | 112.557 | 122.968 |
| Passivo de arrendamento | 7 | - | - | 7.675 | 7.901 |
| Provisão contingente | 13 | - | - | 2.633 | - |
| Impostos Diferidos | | - | - | 2 | - |
| Total Passivo Não Circulante | | 112.557 | 122.968 | 123.881 | 138.998 |
| Capital social | 1 | 124.468 | 124.468 | 124.468 | 124.468 |
| Reserva de lucros | 14 | 27.096 | 9.474 | 27.096 | 9.474 |
| Total Patrimônio Líquido | | 151.564 | 133.942 | 151.564 | 133.942 |
| Total Passivo e do Patrimônio Líquido | | 281.228 | 280.169 | 302.826 | 311.984 |

| Demonstrações dos resultados dos exercícios - Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais) | | | | | |
|---|-------|--------------|------------|-------------|------------|
| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Receita Líquida | 15 | - | - | 72.378 | 70.721 |
| Custos dos bens construídos e serviços prestados | 16 | - | - | (21.815) | (17.418) |
| Amortização da mais valia | 8 | - | - | (3.280) | (3.280) |
| Resultado operacional bruto | | - | - | 47.283 | 50.023 |
| Despesas e receitas operacionais | | | | | |
| Outras despesas e receitas operacionais | | (107) | (197) | (1.437) | (250) |
| Amortização de mais valia | 8 | (3.280) | (3.280) | - | - |
| Participação de equivalência patrimonial | 8 | 46.326 | 50.193 | - | - |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | | 42.939 | 46.716 | 45.846 | 49.773 |
| Despesas financeiras | 17 | (20.188) | (17.472) | (22.071) | (20.277) |
| Receitas financeiras | 17 | 29 | 235 | 1.957 | 3.251 |
| Resultado financeiro líquido | | (20.159) | (17.237) | (20.114) | (17.026) |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | 22.780 | 29.479 | 25.732 | 32.747 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 12 | - | - | (2.944) | (3.044) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 12 | - | - | (8) | (224) |
| Resultado líquido do exercício | | 22.780 | 29.479 | 22.780 | 29.479 |
| Lucro atribuível a: | | | | | |
| Acionistas controladores | | - | - | 22.780 | 29.479 |

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31/12/2025 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Monte Pascoal Holding S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de novembro de 2021, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"). A Monte Pascoal Holding S.A. foi constituída em novembro de 2021 com capital social inicial de R\$150,00. Em 07 de janeiro de 2022, a companhia emitiu notas promissórias no valor total de R\$164.000 custeadas junto à Itaú Corretora de Valores S.A. que foram destinadas integralmente para o pagamento de parte do preço de aquisição de 100% das ações de emissão da Enerbrás Centrais Elétricas. Em 26 de Janeiro de 2023, a companhia Enerbrás Centrais Elétricas S/A foi incorporada pela companhia Monte Pascoal Holding S/A que por sua vez é uma controlada integral da V2I Energia S.A. A Companhia em 2025 apresenta capital circulante negativo por consequência das estratégias de financiamento adotadas pela empresa e das condições de mercado. Reconhece a importância de manter uma estrutura de capital saudável e está implementado medidas para gerar caixa e melhorar o CCL, como otimização de Eficiência Operacional e Gestão de Capital de Giro. Contudo, a Administração está confiante de que, com a implementação dessas medidas, será capaz de gerar caixa suficiente para melhorar o CCL e manter uma estrutura de capital saudável a longo prazo.

1.1. Informações sobre a controlada - Energética Serra da Prata S/A - A Energética Serra da Prata S.A. ("Espra" ou "Companhia"), com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW; Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW; e Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas no ano de 2008, nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, localizadas no Sul da Bahia, com 41,8MW de capacidade instalada. A energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra vende toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da concessão da Espra é de 30 anos, prorrogáveis pelo mesmo período.

2. Apresentação das demonstrações contábeis:

2.1. Declaração de Conformidade - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Boards ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2026.

2.2. Moeda funcional e de apresentação - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Práticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalente de caixa - O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração - São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Mensuração subsequente - Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

| Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9 | |
|--|--|
| Ativos financeiros a custo amortizado | Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado. |
| Ativos financeiros mensurados a VJR | Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Instrumentos de dívida ao VJORA | Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. |
| Instrumentos patrimoniais ao VJORA | Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. |

| Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais) | | | | | |
|--|-------|--------------|------------|-------------|------------|
| | Notas | Controladora | | Consolidada | |
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Resultado do exercício | | 22.780 | 29.479 | 22.780 | 29.479 |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | - | - |
| Lucros líquido do exercício | | 22.780 | 29.479 | 22.780 | 29.479 |

| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais) | | | | | | |
|--|------|-------------------|---------------|------------------------------|----------|----------|
| | Nota | Reserva de lucros | | Lucros/Prejuízo do Exercício | | Total |
| | | Reserva de lucros | Reserva legal | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2023 | | 124.468 | 6.332 | 2.663 | - | 133.463 |
| Lucro líquido do exercício | 14 | - | - | - | 29.479 | 29.479 |
| Constituição de reserva legal | 14 | - | - | 2.345 | - | (2.345) |
| Constituição de reserva de lucro | 14 | - | 4.466 | - | - | (4.466) |
| Distribuição de reserva de lucros | 14 | - | (6.332) | - | - | (6.332) |
| Dividendos mínimos propostos | 14 | - | - | - | (6.783) | (6.783) |
| Dividendos adicionais aprovados | 14 | - | - | - | (15.885) | (15.885) |
| Saldos em 31 dezembro 2024 | | 124.468 | 4.466 | 5.008 | - | 133.942 |
| Lucro líquido do exercício | 14 | - | - | - | 22.780 | 22.780 |
| Constituição de reserva legal | 14 | - | - | 2.146 | - | (2.146) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 14 | - | - | - | (5.158) | (5.158) |
| Constituição de reserva de lucro | 14 | - | 15.476 | - | - | (15.476) |
| Saldos em 31 dezembro 2025 | | 124.468 | 19.942 | 7.154 | - | 151.564 |

| Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais) | | | | | |
|---|-------|--------------|----------------|--------------|-----------------|
| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 22.780 | 29.479 | 25.732 | 32.747 |
| Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa: | | | | | |
| Depreciação - imobilizado | | - | - | 8.799 | 5.483 |
| Depreciação - arrendamento | | - | - | 662 | 656 |
| Amortização - intangível | | - | - | - | 21 |
| Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos | | - | - | 851 | 1.752 |
| Juros - arrendamento | | - | - | 966 | 1.003 |
| Juros sobre APR | | 20.142 | 17.428 | 20.142 | 17.428 |
| Baixa de Imobilizado | | - | - | 408 | (2) |
| Provisão (reversão) de contingências | | - | - | 2.633 | - |
| PIS e COFINS diferido | | - | - | - | (7) |
| Amortização da mais valia/ágio | | 3.280 | 3.282 | 3.280 | 3.280 |
| Equivalência Patrimonial | | (46.326) | (50.193) | - | - |
| Rendimento sobre aplicação financeira | | - | - | (602) | (1.295) |
| Remensuração do direito de uso | | - | - | 216 | - |
| Lucro ajustado | | (124) | (4) | 63.080 | 60.849 |
| Variações dos Ativos e Passivos operacionais | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | - | - | (1.220) | 1.931 |
| Depósitos judiciais | | - | - | (772) | (1.156) |
| Adiantamentos | | - | - | 986 | (165) |
| Tributos a recuperar | | (5) | (67) | (1.896) | (769) |
| Ativo fiscal diferido | | - | - | 15 | 490 |
| Ativo de arrendamento | | - | - | (216) | - |
| Outros ativos | | - | 40 | - | 43 |
| Contas a pagar | | - | - | 2.324 | (7.273) |
| Fornecedores e outras contas a pagar | | (17) | 18 | (2.040) | 745 |
| Outros passivos | | 2 | (1) | (1.095) | (28) |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | | (144) | (14) | 59.166 | 54.667 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | - | - | (939) | (2.406) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | (144) | (14) | 58.227 | 52.261 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | | | |
| Aquisição de imobilizado | | - | - | (1.404) | (7.186) |
| Aquisição de intangíveis | | - | - | 31 | - |
| Dividendos recebidos | | 41.511 | 51.700 | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | | - | - | 496 | 11.556 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos | | 41.511 | 51.700 | (877) | 4.370 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | | | |
| Dividendos pagos | | (1.500) | (27.500) | (1.500) | (27.500) |
| Pagamento de empréstimos | | - | - | (11.126) | (12.055) |
| Juros pagos de empréstimos | | - | - | (1.656) | (2.857) |
| Obrigações por arrendamentos | | - | - | (1.408) | (1.397) |
| Juros pagos APR | | (20.056) | (17.460) | (20.056) | (17.460) |
| Pagamento da remuneração das APR | | (20.292) | (8.740) | (20.292) | (8.740) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos | | (41.848) | (53.700) | (56.038) | (70.009) |
| Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa | | (481) | (2.014) | 1.312 | (13.378) |
| Variação do caixa e equivalentes de caixa | | | | | |
| No início do período | | 550 | 2.564 | 1.693 | 15.071 |
| No final do período | | 69 | 550 | 3.005 | 1.693 |
| Aumento líquido (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa | | (481) | (2.014) | 1.312 | (13.378) |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos



MONTE PASCOAL HOLDING S.A.

CNPJ Nº 44.103.111/0001-07

durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

3.8. Dividendos - A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art. 202, I da lei das S.A. "Art. 202 os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto de 100% ou, se este for omissivo, a importância será determinada de acordo com as seguintes normas: (i) **Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:** (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e (b) Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores. **3.9. Contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. **3.10. Demais ativos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.11. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve identificação de ativos a serem ajustados ao valor recuperável. **3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.13. Reconhecimento de receita** - As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado, for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. **3.14. Despesas operacionais** - As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.15. Imposto de renda e contribuição social** - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro real. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia. **3.16. Despesas e receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. **3.17. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2025** - 3.17.1. **Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025** - A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 3.17.2. **Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes** - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. (i) Alterações à IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras/CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas suas demonstrações financeiras. (ii) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; (iii) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; (iv) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Com relação aos tópicos ii, iii, iv a Companhia não possui expectativa de que estas alterações produzirão impactos relevantes sobre as suas demonstrações financeiras. **3.18 Outras considerações sobre os valores correspondentes** - Certos valores correspondentes da Demonstração do Resultado do Exercício referentes a 31 de dezembro de 2024, apresentado nas demonstrações contábeis para fins de comparação, foram reclassificados em função do seguinte item:

(a) Reclassificação para melhor comparabilidade

| | 31/12/2024 | | 31/12/2024 | |
|---|------------|---------|----------------|--|
| | Divulgado | Ajuste | Reclassificado | |
| Receita Líquida | 70.721 | - | 70.721 | |
| Resultado operacional bruto | 53.303 | (3.280) | 50.023 | |
| Despesas e receitas operacionais | (3.530) | 3.280 | (250) | |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | 49.773 | - | 49.773 | |

4. Caixa e equivalentes de caixa: A composição de caixa e equivalente de caixa é como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Caixa e Banco | 2 | 7 | 35 | 662 |
| Aplicação financeira (i) | 67 | 543 | 2.970 | 1.031 |
| Total | 69 | 550 | 3.005 | 1.693 |

(i) Controladora: Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú CORP Plus RF Referenciado DI - FIC) que teve no ano de 2025, remuneração referenciado ao CDI de 101,07% (2024 104,97%). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, debêntures e letras financeiras. Consolidada: Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos e certificados de depósitos bancários, ambos com alta liquidez e indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podendo ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação em 31 de dezembro de 2025 é de aproximadamente 101,07% do CDI e no ano de 2024 foi de aproximadamente 104,97% do CDI.

5. Contas a receber de clientes: A composição de contas a receber de clientes é como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Suprimentos de energia (i) | - | - | 8.577 | 7.357 |
| Total | - | - | 8.577 | 7.357 |

(i) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia firmado com a ENBPar, com recebimento de R\$2.144 em 10/01/2026, R\$2.144 em 20/01/2026, R\$2.145 em 30/01/2026 e R\$2.144 em 10/02/2026.

6. Títulos valores mobiliários: A composição de depósitos judiciais e cauções é como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Aplicação financeira - conta BNB (i) | - | - | 4.231 | 4.125 |
| Total | - | - | 4.231 | 4.125 |

(i) Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de aproximadamente 98,00% de CDI em 2025 e aproximadamente 98,00% em 2024, vinculada ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores. Em março de 2023, foi assinado o Segundo Aditivo de Retificação e Ratificação ao Contrato de Financiamento, que reduziu o valor mínimo exigido na conta reserva. Diante disso, a administração optou por resgatar o excedente, visando otimizar a gestão de caixa.

7. Arrendamento e Direito de uso: Composição e movimentação dos saldos - a) Consolidado

| | 31/12/2024 | | 31/12/2025 | |
|----------------------------------|---------------------------|------------------------|---------------------------|--------------|
| | Remensuração de contratos | Depreciação | Remensuração de contratos | Depreciação |
| Direito de uso (i) | 6.834 | 216 (662) | 6.388 | 6.388 |
| Obrigações por arrendamento (ii) | 8.397 | 216 966 (1.408) | 8.171 | 8.171 |
| Total | 8.397 | 216 966 (1.408) | 8.171 | 8.171 |
| Total circulante | 496 | - | 496 | - |
| Total não circulante | 7.901 | - | 7.675 | - |
| Direito de uso (i) | 7.490 | (656) | 6.834 | 6.834 |
| Obrigações por arrendamento (ii) | 8.791 | 1.003 (1.397) | 8.397 | 8.397 |
| Total | 8.791 | 1.003 (1.397) | 8.397 | 8.397 |
| Total circulante | 393 | - | 496 | - |
| Total não circulante | 8.398 | - | 7.901 | - |

(i) Referem-se há 14 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidas na norma CPC 06 (R2). (ii) Para a determinação do valor justo de arrendamento foi aplicada uma taxa de desconto calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variaram entre 8,08% a.a. e 13,14% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou autorização, o que for menor, conforme o caso. Os arrendamentos, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

| | 31/12/2025 | 31/12/2026 | 31/12/2027 | 31/12/2028 | 31/12/2029 | 31/12/2030 | 2031 a 2037 |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| | 837 | 615 | 691 | 776 | 4.756 | 7.675 | - |

8. Investimentos: A composição e movimentação do investimento é como segue:

| | Movimentação | | |
|--|----------------|----------------|----------------|
| | ESPRA | Mais valia | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 123.488 | 155.779 | 279.267 |
| Equivalência patrimonial | 46.326 | - | 46.326 |
| Dividendos propostos | (45.451) | - | (45.451) |
| Amortização mais valia | - | (3.280) | (3.280) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 124.363 | 152.499 | 276.862 |
| | Movimentação | | |
| | ESPRA | Mais valia | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 124.995 | 159.059 | 284.054 |
| Equivalência patrimonial | 50.193 | - | 50.193 |
| Dividendos propostos | (51.700) | - | (51.700) |
| Amortização mais valia | - | (3.280) | (3.280) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 123.488 | 155.779 | 279.267 |

9. Imobilizado: Composição e movimentação dos saldos - a) Consolidada

| | 31/12/2024 | | 31/12/2025 | | Adições líquidas | Depreciação acumulada | Valor líquido em 31/12/2025 | Valor líquido em 31/12/2024 |
|--|----------------|--------------|-----------------------|-----------------|------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | Adições (i) | Baixas (ii) | Transfere-ncias (iii) | 31/12/2025 | | | | |
| Geração - Em Serviço | 208.309 | 1.398 | (408) | 14.187 | 223.486 | 15.177 | (99.951) | 123.535 |
| Terrenos | 594 | - | - | - | 594 | - | - | 594 |
| Edificações, serviços civis e benfeitorias | 46.336 | - | - | 8.494 | 54.830 | 8.494 | (20.864) | 33.966 |
| Equipamentos de informática | 320 | - | (258) | - | 62 | (258) | (287) | 41 |
| Máquinas e equipamentos | 65.104 | 1.398 | (5) | 32.818 | 99.315 | 34.211 | (52.916) | 46.399 |
| Veículos | 16 | - | (5) | - | 11 | (5) | (8) | 3 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 95.797 | - | - | (27.125) | 68.672 | (27.125) | (25.875) | 42.797 |
| Móveis e utensílios | 142 | - | (140) | - | 2 | (140) | (1) | 1 |
| Geração - Em curso | 14.187 | - | - | (14.187) | - | (14.187) | - | 14.187 |
| Adiantamento a fornecedores | 164 | - | - | - | 164 | - | - | 164 |
| Desenvolvimento de projetos | - | 6 | - | - | 6 | 6 | - | 6 |
| Subtotal | 14.351 | 6 | - | (14.187) | 170 | (14.181) | - | 170 |
| Mais Valia (ii) | 164.371 | - | - | - | 164.371 | - | (11.871) | 152.500 |
| Total do Ativo Imobilizado | 387.031 | 1.404 | (408) | - | 388.027 | 996 | (111.822) | 276.205 |

| | 2025 | | 2024 | |
|-------------------------------|--|----------------|-------------------------------------|----------------|
| | Taxas anuais médias de depreciação (%) | Bruto | Depreciação e Amortização Acumulada | Valor líquido |
| Imobilizado em serviço | | 223.486 | (99.951) | 123.535 |
| Geração | | 223.486 | (99.951) | 123.535 |
| Custo histórico | 3,94% | 170 | - | 170 |
| Imobilizado em curso | | 170 | - | 170 |
| Transmissão | 0,00% | 170 | - | 170 |
| Administração | - | - | - | - |
| Total Imobilizado | | 223.656 | (99.951) | 123.705 |

| | 31/12/2023 | | 31/12/2024 | | Adições líquidas | Depreciação acumulada | Valor líquido em 31/12/2024 | Valor líquido em 31/12/2023 |
|--|----------------|--------------|------------|----------------|------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | Adições (i) | Baixas (ii) | 31/12/2024 | 31/12/2023 | | | | |
| Geração - Em Serviço | 208.307 | 9 | (7) | 208.309 | 2 | (91.184) | 117.125 | 122.604 |
| Terrenos | 594 | - | - | 594 | - | - | 594 | 594 |
| Edificações, serviços civis e benfeitorias | 46.336 | - | - | 46.336 | - | (20.742) | 25.594 | 26.856 |
| Equipamentos de informática | 327 | - | (7) | 320 | (7) | (279) | 41 | 55 |
| Máquinas e equipamentos | 65.095 | 9 | - | 65.104 | 9 | (33.191) | 31.913 | 33.880 |
| Veículos | 16 | - | - | 16 | - | (16) | - | - |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 95.797 | - | - | 95.797 | - | (36.815) | 58.982 | 61.216 |
| Móveis e utensílios | 142 | - | - | 142 | - | (141) | 1 | 3 |
| Geração - Em curso | 7.169 | 7.018 | - | 14.187 | 7.018 | - | 14.187 | 7.169 |
| Obras em andamento | 5 | 159 | - | 164 | 159 | - | 164 | 5 |
| Adiantamento a fornecedores | 7.174 | 7.177 | - | 14.351 | 7.177 | - | 14.351 | 7.174 |
| Subtotal | 164.371 | 7.177 | - | 164.371 | 7.177 | (8.592) | 155.779 | 159.059 |
| Mais Valia (ii) | 379.852 | - | (7) | 387.031 | 7.179 | (99.774) | 287.257 | 288.837 |

| | 2024 | | 2023 | |
|-------------------------------|--|----------------|-------------------------------------|----------------|
| | Taxas anuais médias de depreciação (%) | Bruto | Depreciação e Amortização Acumulada | Valor líquido |
| Imobilizado em serviço | | 208.309 | (91.184) | 117.125 |
| Transmissão | 2,63% | 208.309 | (91.184) | 117.125 |
| Custo histórico | 0,00% | 14.351 | - | 14.351 |
| Imobilizado em curso | | 14.351 | - | 14.351 |
| Transmissão | 0,00% | 14.351 | - | 14.351 |
| Administração | - | - | - | - |
| Total Imobilizado | | 222.660 | (91.184) | 131.476 |

(i) As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil dos bens, para o cálculo é utilizado o prazo da concessão ou Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), dos dois o menor. Para os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia considerou a vida útil conforme o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE Resolução 674/2015. (ii) Refere-se a valores de Mais Valia no ato da aquisição da companhia Enerbras Centrais Elétricas S.A conforme teste deconcentração do PPA vide nota 8. As imobilizações estão representadas ao valor de geração de energia elétrica das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2. **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)** - A administração da controlada analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O ativo imobilizado da controlada, após análise interna da administração, não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o seu fluxo de caixa futuro. Dessa forma, a administração da Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses grupos de ativos nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025.

10. Empréstimos e Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs): a) Controladora

| Operação | 31/12/2025 | 31/12/2024 | Vencimento | Periodicidade amortização | (Taxa efetiva de juros) |
|--------------|----------------|----------------|------------|---------------------------|-------------------------|
| APR Itaú (i) | 124.503 | 144.709 | 16/04/2029 | Mensal | CDI+1% |
| Total | 124.503 | 144.709 | | | |

A movimentação das ações preferenciais resgatáveis está demonstrada a seguir:

| Empresa / Operação | 31/12/2024 | Despesa de Juros | Resgate | Pagamentos de Juros | 31/12/2025 |
|--------------------|------------|------------------|---------|---------------------|------------|
| AP | | | | | |



MONTE PASCOAL HOLDING S.A.

CNPJ Nº 44.103.111/0001-07

12. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|------------|------------|
| Consolidado | | |
| Receita operacional | 75.307 | 73.578 |
| Base presunção IRPJ 8% | 6.025 | 5.886 |
| Base presunção CSLL 12% | 9.037 | 8.829 |
| Outras receitas | - | - |
| Receitas financeiras | 1.928 | 3.016 |
| Base de IRPJ | 7.953 | 8.902 |
| Despesa de IRPJ | (1.965) | (2.202) |
| Base de CSLL | 10.965 | 11.845 |
| Despesa de CSLL | (987) | (1.066) |
| Despesa de IRPJ e CSLL | (2.952) | (3.268) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | (8) | (224) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | (2.944) | (3.044) |

13. Provisão contingente: A Companhia não tem nenhuma ação judicial ou processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. A sua controlada é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível. Em 31 de dezembro de 2025 a companhia possui 4 processos cíveis com prognóstico possível no valor total de R\$ 2.633. as causas foram reconhecidas de acordo com o novo prognóstico dos advogados responsáveis. Para 31 de dezembro de 2025 a companhia não tem nenhuma causa possível.

Serviços

| | | |
|-------|-------|---|
| Total | 2.633 | - |
| | 2.633 | - |

14. Patrimônio líquido: a) Controladora - Capital social - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$124.468 (R\$124.468 em 2024), com a consequente emissão 124.468 (124.468 em 2024) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscrita e integralizada na data pela acionista V2I Energia S.A.

| | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|------------------|---------------------|---------|---------------------|-----------|
| | Quantidade de ações | R\$ mil | Quantidade de ações | R\$ reais |
| V2I Energia S.A. | 124.468.000 | 124.468 | 124.468.000 | 124.468 |
| | 124.468.000 | 124.468 | 124.468.000 | 124.468 |

Reserva legal - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|-------------------------------------|------------|------------|
| Lucro líquido/Prejuízo do exercício | 22.780 | 29.479 |
| Remuneração APRs | 20.142 | 17.428 |
| Base da reserva legal | 42.922 | 46.907 |
| Reserva legal (5%) | 2.146 | 2.345 |
| Saldo inicial | 5.008 | 2.663 |
| Calculado no ano | 2.146 | 2.345 |
| Total | 7.154 | 5.008 |

Dividendos - Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25%, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|------------|------------|
| Lucro líquido do exercício | 22.780 | 29.479 |
| Reserva legal (5%) | (2.146) | (2.345) |
| Base para dividendos | 20.634 | 27.134 |
| Alíquota | 25% | 25% |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 5.158 | 6.783 |
| Dividendos adicionais | - | 15.885 |
| Total de dividendos propostos | 5.158 | 22.668 |

Reserva de lucro - Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|------------|------------|
| Lucro líquido do exercício | 22.780 | 29.479 |
| Reserva legal (5%) | (2.146) | (2.345) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | (5.158) | (6.783) |
| Reserva de lucros | 15.476 | 20.351 |
| Saldo inicial | 4.466 | 6.332 |
| Distribuição de reserva de lucros para pagamento de dividendos | - | (6.332) |
| Calculado no ano | 20.634 | 4.466 |
| Total | 25.100 | 4.466 |

Lucro por ação - O lucro por ação básico e diluído é como segue:

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|-----------------------|------------|------------|
| Lucro do exercício | 22.780 | 29.479 |
| Lucro por ação | 0,1830 | 0,2368 |

15. Receita operacional líquida

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|------------|------------|
| Os valores são demonstrados como segue: | | |
| Receita de geração | 75.307 | 73.578 |
| (-) Tributos sobre a receita | (2.749) | (2.686) |
| (-) Encargos do consumidor | (180) | (171) |
| Total | 72.378 | 70.721 |

16. Custos dos bens construídos e serviços prestados

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|------------|------------|
| Os valores são demonstrados como segue: | | |
| Custo com depreciação e amortização (i) | (9.454) | (6.152) |
| Custo com pessoal | (3.002) | (2.845) |
| Custo com matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica (ii) | (2.840) | (2.716) |
| Custo com reversão de provisão | (2.633) | - |
| Custo com serviços de terceiros | (2.470) | (2.597) |
| Custo com tributos | (1.037) | (630) |
| Custo com materiais | (263) | (406) |
| Custo com aluguéis | (270) | (362) |
| Demais custos | 154 | (954) |
| Custo com seguros | - | (756) |
| Total | (21.815) | (17.418) |

(i) O valor de depreciação de arrendamento é R\$662 em 31/12/2025 e R\$656 em 31/12/2024 e o valor de depreciação de imobilizado é R\$8.767 em 31/12/2025 e R\$5.483 em 31/12/2024. O valor da amortização é de R\$24 em 31/12/2025 e R\$21 em 31/12/2024. (ii) No exercício de 2025, foi reconhecido no resultado o montante de R\$2.840 (R\$2.716 em 2024), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado contabilizado como custo de operação.

17. Resultado financeiro: Os valores são demonstrados como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Juros de empréstimos (i) | (20.142) | (17.428) | (20.993) | (19.179) |
| Juros de arrendamento (i) | - | - | (966) | (1.003) |
| Outras despesas financeiras | (46) | (44) | (112) | (95) |
| Despesas Financeiras | (20.188) | (17.472) | (22.071) | (20.277) |
| Receita com aplicações financeiras | 30 | 246 | 1.388 | 2.883 |
| Outras receitas financeiras | (1) | (11) | 569 | 368 |
| Receitas Financeiras | 29 | 235 | 1.957 | 3.251 |
| Resultado financeiro líquido | (20.159) | (17.237) | (20.114) | (17.026) |

(i) O valor de juros de empréstimos e arrendamentos no ano sobre a controladora foi R\$ (R\$17.428 em 2024) e no consolidado foi R\$ e R\$ (R\$19.180 e R\$1.003 em 2024) respectivamente.

18. Instrumentos financeiros: Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

| | Nível | Controladora | | Consolidada | |
|--|-------|--------------|------------|-------------|------------|
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2 | 69 | 550 | 3.005 | 1.693 |
| Títulos valores mobiliários | 2 | - | - | 4.231 | 4.125 |
| Ativos mensurados pelo custo amortizado | | | | | |
| Contas a receber de clientes | 2 | - | - | - | 7.357 |
| Passivo mensurados pelo custo amortizado | | | | | |
| Empréstimos | 2 | - | - | 5.965 | 17.897 |
| Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs) | 2 | 124.503 | 144.709 | 124.503 | 144.709 |
| Fornecedores | 2 | 3 | 18 | 1.794 | 4.348 |
| Passivo de arrendamento | 2 | - | - | 8.171 | 8.397 |

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado. **18.1. Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia são expostas a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. a) **Risco de mercado** - Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. b) **Risco de crédito** - O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e sua controlada a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia e sua Controlada a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 5. c) **Riscos de taxa de juros** - Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. d) **Risco de liquidez** - A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. **18.2. Gestão do capital** - A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **19. Seguros:** a) **Controlada Espra** - As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2025, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

| Ramos | Importâncias seguradas | Apólice | Vigência |
|----------------------------|------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Riscos Operacionais (a) | 208.300 | 04669202510010180002981 | 24/11/2025 a 24/11/2026 |
| Responsabilidade Civil (b) | 30.000 | 16.51.0045087.28 | 25/11/2025 a 25/11/2026 |

(a) Seguro de risco operacional, com apólice emitida pela Fairfax Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$208.3 milhões e um prêmio anual no valor de R\$742.341. (b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice emitida pela Chubb Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$30 milhões e um prêmio anual no valor de R\$39.529. **20. Eventos subsequentes:** A companhia não reconheceu nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações contábeis.

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora
Vagner Alexandre Serratto - Diretor

Responsável técnico pelas demonstrações contábeis
Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da **Monte Pascoal Holding S.A.** - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Monte Pascoal Holding S.A. (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energética Serra da Prata S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre

detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos de auditoria. Rio de Janeiro, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC RJ-093771/O

